

CAPÍTULO 5:

ASPECTOS IDENTITÁRIOS, CULTURAIS E LINGUÍSTICOS

Patrícia Luiza Ferreira Rezende-Curione¹

O presente capítulo aponta aspectos identitários, culturais e linguísticos tão importantes na Educação de Surdos, os quais fazem parte da trajetória de vida da autora, também apresentada. Uma experiência de mais de 25 anos permitiu-me transitar nesse campo, como profissional acadêmica e como ativista. O início da minha atuação nessa área da educação deu-se como estagiária em escolas de surdos de Belo Horizonte. Trabalhei por dois anos em uma sala de recursos, hoje, denominada AEE - Atendimento Educacional Especializado -, um espaço muito desafiante e intrigante, que vem satisfazer as demandas em termos linguísticos e educacionais para estudantes surdos alocados em escolas comuns, em que impera, soberana, a Língua Portuguesa oral. Após isso, fui aprovada em concurso para atuar como Supervisora Pedagógica na Escola Estadual Francisco Sales, na qual permaneci por seis meses, indo novamente assumir outro cargo público como Analista Educacional na Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

Depois de cinco anos no cargo, ingressei-me no Doutorado em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina, sendo depois aprovada em concurso para professora da UFSC na área de Letras Libras e de ensino de Libras, apta a ministrar cursos de licenciatura e fonoaudiologia. Permaneci na universidade por três anos e, em seguida, pedi redistribuição para o INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, onde me mantenho até hoje. A área de Educação Bílingue de

¹Doutora em Educação pela UFSC. Pós-Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora Associada III do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Atualmente, é Chefe de Gabinete da Direção Geral do INES.

Surdos é uma missão em minha vida como acadêmica, ativista e profissional. Considero essa tarefa muito desafiadora, em se tratando de uma história de lutas, resistências e protagonismos.

Hoje, estamos vivenciando um marco histórico com a aprovação da Educação Bilíngue de Surdos como modalidade de ensino, inserida numa emenda à Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, não classificada como parte da Educação Especial. Isso significará uma grande mudança no sistema educacional em termos legislativos, além de configurar um compromisso real com os e (as) profissionais da Educação de Surdos, tendo em vista a sua formação, o acréscimo nos currículos específicos e a estrutura de escolas e classes bilíngues de surdos. Trata-se de um incremento nas diretrizes e financiamentos nessa área, ao se formarem polos de Educação Bilíngue de Surdos. São as políticas públicas na Educação de Surdos em evidência.

Mas o que seriam as identidades surdas, a cultura surda, as línguas de sinais? Na verdade, as identidades surdas se referem à forma como as pessoas surdas se veem, se identificam e se relacionam com o ser surdo e com a sua comunidade surda. A identidade é uma constituição individual e coletiva, que se delinea pelas experiências visuais, culturais, por meio das línguas de uso na interação com outros membros da comunidade surda. Gladis Perlin (2003) assim expressa em sua tese de doutorado:

As identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas se moldam de acordo com maior ou menor representatividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro desta representatividade cultural, também surge aquela luta política ou consciência oposicional pela qual o indivíduo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, da redutibilidade, da sensação de invalidez, de inclusão entre os deficientes (Perlin, 2003, p. 130).

As identidades surdas são, então, moldadas pela percepção que a pessoa surda tem de si mesma e de sua valorização. Muitas pessoas

surdas se orgulham de sua identidade surda e se veem como membros de uma comunidade cultural e linguística rica. Para muitos surdos, a língua de sinais é a língua primordial, a língua de conforto, e o seu uso compõe a sua identidade linguística.

As identidades surdas não são homogêneas. Há uma diversidade de experiências e perspectivas dentro da comunidade surda, variando de acordo com a cultura, a língua, o contexto social e educacional. A identidade surda está enraizada na experiência compartilhada do ser surdo e na conexão com a comunidade surda, sua língua, cultura e valores.

Alguns pontos são primordiais e relevantes para as identidades surdas, quais sejam: a) o reconhecimento do ser surdo que não se vê como sujeito a ser corrigido, mas sim como uma forma legítima de ser e estar sendo surdo no mundo (Perlin, 2003); b) o pertencimento à comunidade surda, a forma como as pessoas surdas compartilham suas experiências, a língua de sinais e sua cultura dentro da comunidade, o que lhes proporcionará acolhimento, apoio, aceitação e afinidades; c) o uso da língua de sinais como algo fundamental para a identidade surda, um caminho para uma comunicação primordial e rica em expressividades. A língua de sinais é vista como legítima em termos linguísticos, com gramática e estrutura próprias, considerada um artefato efetivo da cultura surda; d) a forma como se constituem as identidades surdas na comunidade surda por meio de eventos e organizações, como festivais, congressos, encontros, campeonatos e até mesmo celebrações e festejos das culturas e identidades surdas.

Como definir cultura surda? Brindo este artigo com o pensamento da Perlin (2003):

A cultura surda é o lugar para o sujeito surdo construir sua subjetividade de forma a assegurar sua sobrevivência e a ter seu *status quo*, nas múltiplas culturas, múltiplas identidades. Para o surdo, não é: tudo é cultura, mas o que tem significado essencial para a constituição da existência tem a dimensão cultural, um significado, uma política. A

cultura é uma parte constitutiva do político surdo que, por sua vez, impõe, inclusive, os limites culturais (Perlin, 2003, p. 130).

Sob esse prisma, a cultura surda abrange um conjunto de valores, identidades, artefatos, produções, artes e formas de expressão compartilhadas pela comunidade surda. É uma cultura distinta, que se desenvolve em torno da experiência do ser surdo e do uso de língua de sinais como língua soberana na comunidade surda. A cultura surda também é caracterizada por uma afinidade linguística e identitária com a comunidade surda, pela valorização da língua de sinais, pelo orgulho/poder surdo e o desejo de preservar e promover a língua e a cultura surdas.

A língua de sinais é um elemento central da cultura surda. É uma língua visual-gestual com gramática e estrutura linguística próprias. É uma forma de comunicação visual com expressões faciais e corporais, utilizando-se pesquisas específicas sobre as formas sintáticas, semânticas, fonológicas, pragmáticas e escritas visuais das línguas de sinais.

Sobre as línguas de sinais de uso no Brasil, é muito importante ressaltar que, além da Libras, língua reconhecida em lei 10436/2002, há outras várias línguas de sinais. Existem, por exemplo, as línguas de sinais dos povos indígenas, sobre as quais já há pesquisas em curso. Há também línguas de sinais de comunidades rurais e as de comunidades isoladas, utilizadas por pessoas que moram em lugares distantes dos grandes centros e não têm contato com o mundo letrado por meio da tecnologia.

A língua de sinais, hoje denominada Libras, surgiu com a chegada do professor Eduardo Huet, que veio da França para o Brasil trazendo a língua de sinais francesa, a LSF, cujos sinais ele foi ensinando. É uma sinalização antiga, que veio se modificando, e hoje é bastante diferente da língua de sinais que lhe deu origem. A língua de sinais se configura a partir da interação e da comunicação, da

visibilidade da língua de sinais, do contato entre as pessoas. Existem pesquisas científicas e linguísticas sobre a língua de sinais, sobre os diferentes aspectos dessa língua. São pesquisas que ajudaram a organizar e criar o curso de Letras Libras. Só o fato da existência de Letras Libras já significa que a língua de sinais tem o mesmo status que as outras línguas, como o português, o alemão e o inglês. O curso de Letras Libras se compõe de diferentes disciplinas como fonologia, sintaxe, semântica, pragmática, aspectos e fundamentos da Educação de Surdos, didática etc.

O decreto 5.626/2005, que regulamenta a lei de Libras e ajudou a criar o curso de Letras Libras, garantiu as vagas para professores surdos nas disciplinas de Libras, em diferentes instituições e universidades, difundindo a língua de sinais que, ao ser legislada, ganhou o reconhecimento das comunidades surdas do Brasil. Da mesma forma, há que se ter respeito pelas línguas de sinais indígenas, as línguas de sinais de povos isolados, por significarem a língua de sinais da cultura desses povos que, sem contato com a língua de sinais de grandes centros, desenvolveram as suas línguas de sinais locais, nas suas culturas, nas regiões onde vivem.

Faz sentido o que diz a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, que foi assinada pela Unesco em 1996. Lemos em seu Artigo 1.º:

Esta Declaração entende por comunidade linguística toda a sociedade humana que, radicada historicamente num determinado espaço territorial, reconhecido ou não, se identifica como povo e desenvolveu uma língua comum como meio de comunicação natural e de coesão cultural entre os seus membros. A denominação língua própria de um território refere-se ao idioma da comunidade historicamente estabelecida nesse espaço.

Com essa Declaração, a Unesco reforça que as línguas de determinados povos que têm cultura própria não devem ser

extinguidas; ao contrário, devem ser pesquisadas e respeitadas. E é por isso que, aqui no Brasil, a Língua Portuguesa não é a única língua, o Brasil não é monolíngue, existe aqui uma grande variedade de línguas, inclusive, as línguas de sinais indígenas, que somam 274 línguas diferentes, utilizadas pelos povos indígenas.

É muito importante que todos esses aspectos que permeiam o uso das línguas de sinais sejam entendidos, assim como os aspectos das identidades surdas, da comunidade (linguística) surda e das culturas surdas, já que são base para a Educação de Surdos. Que a língua de sinais seja realmente a língua de instrução, de interação e de compartilhamento na Educação de Surdos!

É também de extrema relevância que estudantes surdos aprendam Ciências, História, Literatura, Matemática, todas as disciplinas, com o uso da língua de sinais como língua de instrução. Se não existe a língua de sinais como língua de instrução na Educação de Surdos, fica prejudicado o processo de ensino-aprendizagem para os estudantes surdos.

Durante pesquisa do pós-doutorado, a autora deste artigo se debruçou sobre números do censo escolar do INEP, cujos resultados nessa área são muito preocupantes e alarmantes. A Educação de Surdos só avançará se os estudantes surdos conseguirem chegar aos mais altos níveis de escolarização, ingressando no Ensino Superior. O referido censo mostra que menos de 5% dos alunos surdos conseguem ingressar na universidade, e os números só são maiores quando eles entram nos cursos de Letras Libras e Pedagogia com ênfase em Educação Bilíngue de Surdos; nesses casos, existem mais vagas. Mas o que acontece em relação aos outros cursos de graduação? Observando os dados INEP, nota-se a urgência de mudanças de ações políticas e técnicas no sistema da Educação de Surdos.

Vejamos o que diz o seguinte quadro estatístico:

Quadro 1 - Perfis de Formação dos graduados dos cursos de letras libras e pedagogia bilíngue



Fonte: INEP (2021).

Conforme demonstrado nesse gráfico sobre disparidades de matrículas na EJA – Educação de Jovens e Adultos com os alunos surdos e ouvintes, as matrículas dos estudantes surdos são altíssimas, na faixa de 40%, ao passo que entre os estudantes ouvintes as matrículas atingem apenas 6%. O que explica essa desigualdade educacional?

Existem vários motivos que podem contribuir para a disparidade entre as taxas de matrícula na Educação de Jovens e Adultos Surdos em comparação com os ouvintes. Alguns motivos podem ser considerados:

- a) as desigualdades linguísticas: a falta de ambientes linguísticos, ou seja, a ausência de escolas e classes bilíngues de surdos pode ser um fator determinante. A língua de sinais é primordial para o desenvolvimento cognitivo e linguístico dos estudantes surdos. A falta desses ambientes linguísticos desencoraja a matrícula de alunos surdos na idade certa, acarretando evasão escolar e daí a disparidade

entre o número de alunos ouvintes e surdos, jovens e adultos, que voltam aos bancos escolares;

- b) a ausência de ações políticas, técnicas e apoio governamental adequados para a Educação de Surdos pode contribuir para as disparidades nas taxas de matrícula. A falta de investimento em recursos, formação de professores, falta de espaços específicos para escolarização adequada e a falta de transportes escolares podem dificultar o acesso dos surdos à escolarização na idade certa.

Esses motivos contribuem para a alta taxa de matrícula de jovens e adultos surdos na EJA e para a disparidade desse número em relação aos ouvintes. Abordar essas questões nos mostra a necessidade de requerer a implementação de políticas concretas em Educação Bilíngue de Surdos, com a manutenção e a criação de Escolas e Classes Bilíngues de Surdos, bem como de Polos de Educação Bilíngue de Surdos (Escolas Intermunicipais Bilíngues de Surdos), em grande escala por todo o Brasil, com investimento maciço em transportes escolares, fornecimento de recursos e materiais bilíngues adequados, a promoção de acesso equitativo à Educação para Surdos e o mais importante: fomentar a constituição e formação da identidade linguística das comunidades surdas.

Mas o que seriam a constituição e formação da identidade linguística e cultural da comunidade surda? Vejamos o que diz a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, cujos estados-partes signatários devem ter o compromisso, conforme dito no artigo 24º do Decreto 6.949/2009 (Brasil, 2009), de prover:

[...]

- b. Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda;
- c. Garantia de que a educação de pessoas, inclusive crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados às pessoas e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Isso significa um grande passo para nós, para a comunidade surda, que tem grande potencial de conquistar os espaços possíveis para constituírem as comunidades linguísticas. E por que é importante isso? Porque se os surdos estão isolados e pulverizados em várias escolas comuns, não constituindo as comunidades linguísticas, onde se dariam a constituição e a formação da comunidade linguística? Justamente nas Escolas e Classes Bilíngues de Surdos.

Vale alertar que 95% dos estudantes surdos são de famílias ouvintes e vão aprender a língua de sinais, passar pela aquisição de língua de sinais. Pergunta-se: onde? Em que lugar? Como? É necessário um lugar, um espaço em que se possa desenvolver a língua de sinais. E esse espaço é a Escola Bilíngue de Surdos. Esse é o espaço de aquisição de língua de sinais, esse é o espaço de uso da língua de sinais, esse é o espaço que exige a presença do professor surdo, professor bilíngue, proficiente em língua de sinais.

Nós estamos caminhando, estamos nesse processo de desenvolvimento e reconhecemos um grande avanço para a Educação de Surdos, pensando nos aspectos identitários, culturais e linguísticos, que devem ser previstos na escola de surdos, na Educação de Surdos.

O Estado brasileiro tem a responsabilidade de garantir a promoção e a formação da identidade linguística da comunidade surda. Se não existe essa comunidade linguística, a cultura e a identidade da comunidade surda se perdem. Então, o Estado brasileiro, que é signatário da Convenção, tem o compromisso de promover o fortalecimento da comunidade surda.

Na promoção da identidade linguística da comunidade surda, é necessário que os surdos não estejam isolados, mas que vivam em um coletivo, em uma comunidade. E essa comunidade é exatamente a Escola Bilíngue de Surdos, onde a língua de sinais é tida como a primeira língua e o português ensinado como segunda língua.

O Estado Brasileiro, como signatário da Convenção da ONU, ao tratar da Educação de Surdos, assumiu o compromisso de ofertar a

língua de sinais na escola. Mas essas não serão as escolas comuns, em que a Língua Portuguesa é uma língua soberana.

É muito importante para a comunidade surda que as aulas sejam ministradas em língua de sinais e que o conteúdo ofertado não seja o mínimo, um conteúdo reduzido, porque o surdo, sim, pode assimilar todo o conteúdo, desde que lhe seja oferecido em língua de sinais. O surdo não é menos inteligente que o ouvinte e necessita que a instrução seja feita em língua de sinais.

A Convenção da ONU é a nossa garantia de viver em uma comunidade linguística. A primeira escola de surdos que constituiu uma comunidade linguística é justamente o INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, fundado em 1857. O INES traz toda uma história, uma história real, um lugar em que os surdos do Brasil inteiro foram estudar em regime de alojamento, internato e cresceram aprendendo a língua de sinais. Quando se formavam, voltavam para os seus estados, para as suas regiões, criando, assim, associações de surdos em diferentes regiões do país.

Isso significa que o INES é o berço da língua de sinais. Foi a partir dali que se fundamentou a língua de sinais que hoje se vive. O INES é o maior responsável pela promoção da língua de sinais. As lutas, as línguas de sinais, as experiências visuais, as identidades, as culturas surdas empoderaram os surdos. Se não existem esses aspectos, como os surdos irão produzir a arte, a piada, a literatura, a partir da cultura surda? Daí a importância da Escola Bilíngue de Surdos como um espaço importante de produção cultural e linguística.

Além disso, as lutas surdas desempenham um papel crucial na conscientização e no ativismo em prol dos direitos dos surdos. Por meio dessas batalhas, os surdos buscam equidade na educação. Ao levantarem suas vozes e lutarem por seus direitos, eles fortalecem sua comunidade e inspiram mudanças positivas.

As línguas de sinais também desempenham um papel fundamental na formação de identidades surdas e no fortalecimento das culturas surdas. Essas línguas oferecem aos surdos uma forma de

se comunicarem plenamente, expressarem suas emoções, compartilharem histórias e conhecimentos. Por meio das línguas de sinais, os surdos podem transmitir sua visão de mundo única e contar suas próprias narrativas, preservando, assim, a identidade linguístico cultural da comunidade surda.

As experiências visuais dos surdos também são essenciais para a produção artística e cultural. As comunidades surdas possuem uma perspectiva visual diferenciada, que se reflete em diversas formas de expressão artística, como pintura, escultura, dança e teatro visual. Essas formas de arte não apenas permitem que os surdos se expressem artisticamente, mas também proporcionam uma plataforma para compartilhar suas experiências e perspectivas com o mundo em geral.

Dentro desse contexto, a literatura surda desempenha um papel significativo na preservação e na disseminação da cultura e história surdas. Por meio de contos, poemas e romances, os surdos podem explorar suas experiências, refletir sobre sua identidade e conectar-se com outros surdos ao redor do mundo. A literatura surda também proporciona um meio poderoso de educação e conscientização, permitindo que as pessoas ouçam as vozes dos surdos e compreendam melhor suas vidas e lutas.

Portanto, a Escola Bilíngue de Surdos é um espaço fundamental para o florescimento da produção cultural e linguística surda. É nesse ambiente que os surdos podem aprender, criar e compartilhar suas artes, piadas e literatura, enriquecendo, dessa maneira, a cultura surda e fortalecendo sua identidade coletiva. Por meio da Educação Bilíngue, os surdos são capacitados para se expressarem plenamente, explorarem seu potencial artístico e contribuírem para o enriquecimento da diversidade cultural e linguística de nossa sociedade.

Em conclusão, os aspectos identitários, culturais e linguísticos desempenham um papel fundamental na vida da comunidade surda. Esses elementos estão intrinsecamente ligados, alimentando-se mutuamente e proporcionando uma base sólida para a expressão, a

criação e a preservação da rica herança surda. Ao reconhecer, valorizar e apoiar esses aspectos, podemos promover a equidade dos surdos na educação. É essencial proporcionar espaços educacionais, artísticos e sociais que fortaleçam as comunidades surdas e garantam sua participação plena e ativa. Somente assim, poderemos oferecer uma educação de qualidade para os estudantes surdos, oferecendo-lhes a oportunidade de se expressar, florescer e contribuir plenamente para o tecido cultural e linguístico da humanidade.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 3 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm. Acesso em: 3 set. 2023.

INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA). **Censo Escolar 2021.** Brasília, DF: MEC, 2021.

PERLIN, G. T. T. **O ser e o estar sendo surdos:** alteridade, diferença e identidade. 2003. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5880>. Acesso em: 3 set. 2023.

UNESCO (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA). **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Barcelona: Unesco, 1996.